

Câmara aprova arcabouço fiscal em 1ª vitória para governo Lula

Câmara dá vitória ao governo Lula e aprova texto-base do arcabouço fiscal

Proposta que combina limite de despesas e meta de resultado primário ainda irá ao Senado

Irla Chah, Ilana Tomazelli e Viktoria Arevalo

BRASÍLIA Em uma importante vitória para o governo Lula (PT), a plenária da Câmara dos Deputados aprovou o texto-base do novo arcabouço fiscal no fim de tarde desta terça (23) por 373 votos a 108.



Deputados comemoram a aprovação do texto-base do arcabouço fiscal, por 373 votos a 108

Uma das propostas prevê a redução de 2% da base de despesas em relação ao ano anterior, o que representa uma redução de 1,5% do PIB. O texto-base prevê a redução de 2% da base de despesas em relação ao ano anterior, o que representa uma redução de 1,5% do PIB.

Além disso, o governo precisa fazer um ajuste no resultado primário, que é a diferença entre as receitas e as despesas. O texto-base prevê a redução de 2% da base de despesas em relação ao ano anterior, o que representa uma redução de 1,5% do PIB.

O texto-base prevê a redução de 2% da base de despesas em relação ao ano anterior, o que representa uma redução de 1,5% do PIB. Além disso, o governo precisa fazer um ajuste no resultado primário, que é a diferença entre as receitas e as despesas.

O texto-base prevê a redução de 2% da base de despesas em relação ao ano anterior, o que representa uma redução de 1,5% do PIB. Além disso, o governo precisa fazer um ajuste no resultado primário, que é a diferença entre as receitas e as despesas.

O texto-base prevê a redução de 2% da base de despesas em relação ao ano anterior, o que representa uma redução de 1,5% do PIB. Além disso, o governo precisa fazer um ajuste no resultado primário, que é a diferença entre as receitas e as despesas.

O arcabouço fiscal

NOVOS AJUSTES PROPOSTOS PELO RELATOR

Em 2024, governo precisa atingir limite de gastos em relação ao PIB de 2,3% e arrecadar 10,5% da base de despesas.

Contingenciamento em caso de superávit fiscal precisa ser proporcional entre as despesas para evitar que recursos sejam usados em investimentos.

MUDANÇAS QUE A CONSTITUÍM NO PARÊCER INICIAL

Adiciona à lista de exceções ao cálculo das despesas o programa especial de recuperação fiscal que sejam aprovados e regularizar a situação de devolvedores e gerar recursos à União.

Passa a prever que a aprovação de programas especiais de investimento poderá ser condicionada a investimentos.

Retira da lista de exceções ao novo arcabouço: 1) Despesas com ações não financeiras;

2) Despesas com ações municipais para bancar o custo de empréstimos;

3) Fundos (Fundo de Reserva do Brasil e Fundo de Reserva do Distrito Federal) do FCF (Fundo Constitucional do Distrito Federal);

4) Ajuda Federal às Freguesas de Segurança Pública; e

5) Ajuda Federal às Freguesas de Segurança Pública do DF (Fundo Constitucional do Distrito Federal).

Além disso, o governo precisa fazer um ajuste no resultado primário, que é a diferença entre as receitas e as despesas. O texto-base prevê a redução de 2% da base de despesas em relação ao ano anterior, o que representa uma redução de 1,5% do PIB.

O texto-base prevê a redução de 2% da base de despesas em relação ao ano anterior, o que representa uma redução de 1,5% do PIB. Além disso, o governo precisa fazer um ajuste no resultado primário, que é a diferença entre as receitas e as despesas.

O texto-base prevê a redução de 2% da base de despesas em relação ao ano anterior, o que representa uma redução de 1,5% do PIB. Além disso, o governo precisa fazer um ajuste no resultado primário, que é a diferença entre as receitas e as despesas.

O texto-base prevê a redução de 2% da base de despesas em relação ao ano anterior, o que representa uma redução de 1,5% do PIB. Além disso, o governo precisa fazer um ajuste no resultado primário, que é a diferença entre as receitas e as despesas.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Página: 15